

AS NOVAS E BOAS PROPOSTAS DA REFORMA

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Professor universitário
e Diretor da Escola Nacional da Magistratura*

Em seqüência aos objetivos de aprimorar a legislação processual civil brasileira, para dar-lhe mais efetividade, comissão coordenada pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e pela Escola Nacional da Magistratura, após debates e colheita de sugestões e críticas, elaborou um novo anteprojeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso Nacional no início da nova legislatura.

Cuida-se do 13º anteprojeto da "Reforma", recordando-se que, anteriormente, dez deles se converteram em leis, o 11º está no Congresso, no aguardo da reforma constitucional, e que o 12º restou prejudicado em face do Projeto nº 4.070/98 (relativo aos procedimentos no Supremo Tribunal Federal e nos tribunais superiores), que dele aproveitou algumas propostas.

Vem esse 13º anteprojeto com importantes inovações, a modificar substancialmente, em alguns pontos, o processo civil vigente.

Na realidade, cuida ele de aproximadamente quatro dezenas de artigos, introduzindo modificações não apenas no CPC, mas, também, e pela primeira vez em se tratando da "Reforma", em algumas leis especiais (Lei dos Juizados Especiais, Lei do Executivo Fiscal etc).

Para ficar apenas mais relevante, destaco os pontos que se seguem.

1. No campo dos atos processuais, estimula-se a utilização dos meios eletrônicos, dentre os quais poderíamos incluir o fax e o correio



<http://bdjur.stj.gov.br>

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 18/5/1989.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo . As novas e boas propostas da Reforma. **Correio Braziliense**, Brasília, Caderno Direito & Justiça, 30 nov. 1998.

eletrônico (art. 154). **2.** No capítulo dos prazos, facilita-se a atuação do advogado, suspendendo-se os prazos contados em dias nos feriados e naqueles em que não houver expediente forense (art. 178); **3.** O procedimento sumário passa a ter por teto 40 salários mínimos (art. 275-1) e a admitir também a intervenção de terceiro fundada em contrato de seguro (art. 280); **4.** Dispensa-se a audiência de conciliação se o direito em litígio não admitir transação (art. 331). **5.** Aprimoram-se as disciplinas dos institutos de antecipação da tutelar (art. 273) e da execução provisória (art. 588); **6.** Na área dos recursos, uma das mais visadas, em face das múltiplas deficiências do nosso sistema, além das inovações contidas no referido Projeto nº 4.070/98 e de outras agora sugeridas, que atingem até a sistemática do reexame obrigatório (art. 475), limitando o seu raio de ação, merecem especial enfoque as propostas concernentes à apelação, aos embargos infringentes e ao agravo de instrumento; **7.** Quanto à apelação, expressa o projetado art. 520: "A apelação terá somente efeito devolutivo, ressalvadas as causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas."

A ilação que se extrai é que, a exemplo do sistema italiano, o recurso contra as sentenças, como regra, terá efeito apenas devolutivo. Assim, salvo as exceções mencionadas no próprio texto legal, a parte apelante, para obter eventual efeito suspensivo, terá que o postular no segundo grau, por meio de cautelar, como ocorre, *verbi gratia*, relativamente ao recurso especial, no STJ, que tem sido criterioso no deferimento das pretensões nesse sentido. Esse sistema, como se pode antever, desestimulará em muito a interposição de apelações protelatórias, dinamizando a entrega da prestação jurisdicional.

8. No que tange aos embargos infringentes, propõe-se no art. 530: "Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver



julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência".

Entre manter ou suprimir essa modalidade de recurso, optou-se por uma solução intermediária, que reduzirá consideravelmente a sua incidência. Pela proposta, não incidirão eles: a) quando a sentença não tiver apreciado no mérito; b) quando a apelação tiver "mantido" a sentença; c) quando a rescisória não tiver sido acolhida.

9. No concernente ao agravo, é de recordar-se, em primeiro lugar, o quanto era deficiente o sistema anterior à Lei nº 9.139/95, pela morosidade; pelos incidentes que proporcionava, pelas chicanas procrastinatórias que ensejava, pelo uso anômalo do mandado de segurança etc.

Veio o novo modelo, reconhecimento bem superior na concepção. Todavia, encontrou ele uma nova realidade forense, em consequência do aumento das decisões interlocutórias, causadas pelo instituto da antecipação da tutela e demais medidas de urgência. Estivéssemos hoje com o modelo pretérito de agravo de instrumento e inviabilizada praticamente estaria a prestação jurisdicional.

Não se pode deixar de reconhecer, no entanto, que excessivo tem sido o número de agravos em sua modalidade de instrumento, a abarrotar os tribunais. Entretanto, como não é recomendável suprimir esse tipo de recurso, ou admiti-lo apenas em sua feição retida (o que ensejaria o retorno abusivo e anômalo do mandado de segurança para a obtenção de efeito suspensivo), a solução encontrada foi permitir ao relator converter o agravo de instrumento em agravo retido em inexistindo perigo de dano de difícil ou incerta reparação, encaminhando os autos, então, ao juízo da causa (art 527).



Tal mecanismo não só desestimulará o uso desnecessário do agravo por instrumento como permitirá ao relator, em exame rápido, separar os casos, normalmente poucos, merecedores de pronto reexame pela instância revisora.

Em alguns casos (art. 523, § 4º), aduza-se, o agravo somente será possível em sua forma retida.

10. Ainda no campo dos recursos, o anteprojeto propõe possa o relator, monocraticamente, prover o recurso quando a decisão contrariar, à evidência, súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, no Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior.

11. Expressivas igualmente são as inovações no processo executivo, justificadamente um dos pontos mais criticáveis da nossa legislação.

A "Reforma", com a introdução do procedimento monitório (Lei nº 9.079/95) e com a Lei nº 8.953/94, já vinha buscando modernizar a execução civil brasileira. Agora, com o novo anteprojeto, vai além, dando um passo largo na concretização desse objetivo.

Com efeito, o que se propõe é a supressão do processo executivo autônomo, em se tratando das obrigações de dar coisa, certa ou incerta, e das obrigações de fazer ou de não-fazer, o que importa dizer que, nessas modalidades de obrigações, em se tratando de título judicial (sentença), a execução será uma simples fase, sem possibilidade de embargos do devedor, a exemplo do que ocorre hoje com as ações possessórias, com as ações de despejo e com a ação de nunciação de obra nova. Dá-se aí um "processo sincrético", no qual se fundem cognição e execução (arts. 461 e 461-A, 621 e 644).

12. A liquidação, por sua vez, também se aperfeiçoa,



recebendo o art 604 dois parágrafos, com esta redação:

§ 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo até 30 dias para o cumprimento da diligência. Se os elementos do cálculo não forem apresentados no prazo assinado, ou no de eventual prorrogação, aplica-se o disposto no art. 601.

§ 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação executiva, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo exeqüente aparentemente exceder os limites da decisão exequenda, e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o exeqüente não concordar com o cálculo, a execução far-se-á com base no valor por ele pretendido, mas a segurança do juízo terá por base o valor do cálculo.

13. Finalmente, dentre outras propostas de menor porte, é de assinalar-se ainda que o anteprojeto traz ao direito brasileiro, especialmente no campo a execução, o que há de melhor no sistema *Common Law* em termos de efetividade e eficácia da tutela jurisdicional, a saber, os institutos da *injunction* e do *contempt of Court*. A esse respeito, insere no art 14 os seguintes incisos (V) e parágrafos (§§ 1º e 2º).

V— cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, antecipatórios ou finais.

§ 1º A violação do disposto no inciso V deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e providências processuais cabíveis, aplicar à parte multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte (20) por cento do valor da causa.

§ 2º Não sendo paga a multa no prazo estabelecido, será inscrita como dívida ativa do Estado ou da União, conforme o juízo competente.

Em conclusão, realiza a comunidade processual civil brasileira,



nesta segunda fase da "Reforma", mais uma etapa em seus propósitos de contribuir para o aperfeiçoamento do nosso sistema jurídico.

